



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11215 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 09 - Trabalho e Educação e Movimentos Sociais

O MOVIMENTO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: AS CONTRADIÇÕES E DISPUTAS QUE ENVOLVEM A SOCIEDADE E O TRABALHO

Aila Oliveira Serpa - UFG - Universidade Federal de Goiás

Luciana Arminda Alves Gomes - UFG - Universidade Federal de Goiás

O MOVIMENTO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: AS CONTRADIÇÕES E DISPUTAS QUE ENVOLVEM A SOCIEDADE E O TRABALHO.

INTRODUÇÃO

Viver e pensar a sociedade contemporânea é um grande desafio para as ciências humanas. Analisar crítica e cientificamente as interfaces entre educação, trabalho e a sociedade contemporânea demanda um árduo esforço de desmistificação do real, de apreensão das relações materiais tais como eles são (não como aparentam ser), de resgate de categorias, como movimento social (sim, no singular), totalidade, fetiche da mercadoria, entre tantas outras. O artigo que segue é um dos produtos das pesquisas teóricas desenvolvidas em nível de mestrado e doutorado, que vem servindo de base para as posteriores fases da pesquisa, com entrevista e análise de dados.

A partir de uma análise da formação da sociedade contemporânea e das contradições políticas (modernidade/pós-modernidade), sociais (modernismo/pós-modernismo) e econômicas (modernização/pós-modernização) que a configuram, a presente proposta, de caráter qualitativo e tendo como instrumento principal a revisão bibliográfica, intenciona compreender histórica e teoricamente a concepção de movimento social e de “movimento como um todo” na sociedade contemporânea.

TRABALHO, SOCIEDADE E MOVIMENTO SOCIAL

As contradições são inerentes ao modo de produção capitalista e, numa perspectiva

marxista, reconhecer essas contradições é etapa fundamental à sua superação. Netto e Braz (2006) tratando do processo de desenvolvimento do pensamento econômico consideram que enquanto os jusnaturalistas e os expoentes da economia política clássica consideram as categorias econômicas como naturais, imutáveis e externas ao homem, a análise marxista busca compreender histórica, crítica e dialeticamente a produção da vida material e as relações sociais a partir delas engendradas.

Compreender o desenvolvimento do modo de produção capitalista se torna fundamental, para tanto começamos com a concepção marxista de modo de produção. Para Marx a sociedade possui dois níveis de organização – infra e superestrutura. A primeira se refere a como os homens historicamente organizam o trabalho, as relações de produção e forças produtivas, a reprodução da vida material; a segunda se refere aos aspectos ideológicos, filosóficos, culturais. Assim, a superestrutura pode sofrer alterações, mesmo sem alterações na infraestrutura, já o contrário não. O modo de produção é a forma pela qual a sociedade produz, distribui e consome bens e serviços.

Como escrevem Netto e Braz (2006, p. 25), “a análise das leis do movimento do capital [...] constitui a base para apreender a dinâmica da sociedade burguesa (capitalista), já que, nessa sociedade, o conjunto das relações sociais está subordinado ao comando do capital.”. As transformações no modo de produção, na passagem da sociedade feudal para a sociedade burguesa capitalista, se deram em âmbito infra e superestrutural, alterando totalmente as formas de ser, estar e se relacionar na sociedade moderna.

A partir do final da década de 1960, uma grave crise de acumulação, desemprego, inflação toma proporções mundiais e o liberalismo até então embutido, passa a se tornar cada vez mais explícito, porém com novas roupagens, dado, novamente, ser apregoado como a saída para essa crise; há o retorno a ideia de que os problemas da economia e do mercado de trabalho estariam relacionados ao excesso do Estado, ou seja, a sua presença exacerbada nas regulações e transações econômicas; novamente há o acirramento das disputas hegemônicas entre forças sociais.

Vale ressaltar que o modo de produção capitalista engendra um conjunto de determinações estruturais que passam por roupagens novas de acordo com o tempo e espaço em que se desenvolve, assim é necessário atentar-se que o prefixo “neo” se remete a “aspectos novos, embora não inteiramente novos, que modificam ou tornam mais complexa a análise dessa realidade.” (MIRANDA, 2020, p. 3).

Analisando molecularmente os processos de transformação social e econômica em diferentes países, Harvey (2008) aponta que as respostas locais a diferentes crises (como EUA, China, Grã-Bretanha e a nova política monetária internacional) já apontam os elementos cruciais no espraiamento dos ideais neoliberais pelo mundo. Diversos autores tendem a concordar que ainda que experienciadas de diferentes formas ao redor do mundo, a hegemonia do pensamento neoliberal atingiu todas as esferas da vida social, inclusive a

própria subjetividade contemporânea. Apesar do que difere um neoliberalismo de outro, o que os une, também consenso entre vários autores, é o fato desta racionalidade ser operada com vistas a restaurar um poder de classe.

De maneira geral o neoliberalismo se estabeleceu na maioria dos países em duas fases, uma de transição e uma de consolidação. Pode-se dizer que a proposta neoliberal, pautada na instabilidade e reificada nas crises se estabeleceu no Brasil após uma fase de transição, relativamente tardia e bastante turbulenta, dada a própria dinâmica das elites nacionais (SAAD FILHO E MORAIS, 2019)

Após consolidado o neoliberalismo se espraia para todos os setores da vida social, ampliando o papel do setor financeiro à reprodução econômica e social, trazendo as noções de gerenciamento para todos os âmbitos da sociedade, inclusive para o funcionamento do Estado, construindo uma nova subjetividade e racionalidade próprias. No âmbito do Estado e da política, no Brasil, podemos dizer que a transição para o neoliberalismo foi validada pelas eleições presidenciais de 1989, quando a plataforma neoliberal de Fernando Collor derrotou por pequena margem a campanha de esquerda, encabeçada por Luiz Inácio da Silva, Lula.

Sob o regime neoliberal a economia brasileira permaneceu semiestagnada (BRESSER-PEREIRA, 2017) e segundo Saad Filho e Moraes (2019, p. 201), além das consequências econômicas as consequências sociais e políticas são ainda mais graves:

decomposição da classe trabalhadora e a diluição de sua cultura e de suas formas de solidariedade, o que dificulta muito a organização social contra as consequências do neoliberalismo. As implicações políticas desses processos incluem uma tendência mundial ao colapso dos sindicatos, organizações de massa e partidos tradicionais de esquerda, com o consequente deslocamento do espectro político para a direita.

Assim, tanto no Brasil, como no mundo, o neoliberalismo criou condições favoráveis a acumulação de capital e concentração de poder, ou seja, levou a cabo seu projeto de reconstituição do poder de classe dos capitalistas, apesar de qualquer custo: deterioração dos padrões de qualidade de vida, altas taxas de desemprego, crises financeiras constantes. (cf. HARVEY, 2008, 2016).

A 4ª Revolução Industrial trouxe consigo a heterogeneidade das teorias sobre os movimentos sociais, dada a própria diversidade destes, cujas teorias vão contra e em paralelo ao Estado. Scherer-Warrern (1987) possibilita uma revisão teórica e geográfica dos movimentos sociais ao longo da história, e permite entender o social como um conjunto de relações comandadas por uma dialética de opressão e de libertação faz parte da história da humanidade.

As teorizações sobre as mobilizações sociais se deram em contexto muito distinto e, talvez por isso mesmo, com explicações bastante distintas. Alonso (2009, p.49) em um balanço sobre as teorias dos movimentos sociais considera que o termo “movimentos sociais” surgiu no bojo da década de 1960 “para designar multidões bradando por mudanças pacíficas (faça amor, não faça guerra) desinteressadas do poder do Estado” e que as teorias que tratam

deste fenômeno passaram por adaptações e até mesmo fusões, para dar conta de sua diversidade e transformação, no tempo e no espaço; isso por que os dois grandes sistemas teóricos do XX – marxismo e funcionalismo – não davam conta das formas com que os movimentos sociais da pós-modernidade se manifestavam.

Após muitas brigas e conciliações em torno da polêmica identidade *versus* estratégia e das contribuições de diversos autores em que penderam explicações ora mais culturais, ora mais estruturais, as tensões entre as teorias dos MS se mantêm uma vez que “seguem abertas questões cruciais acerca da origem, da difusão, da mudança e das escolhas culturais e do modo pelo qual tudo isso se relaciona com a ação coletiva”. (ALONSO, 2009, p.80-81)

A saída para o impasse teórico sobre os movimentos sociais, pode estar justamente em pensa-lo no singular. Barker (2014), a partir de Marx, analisa o papel da classe trabalhadora contemporaneamente na perspectiva de um movimento social como um todo, procurando possíveis padrões de desenvolvimento que são revelados e revelam ondas de ascensão e declínio dos movimentos populares.

Segundo Galvão (2011) os movimentos sociais são elementos constitutivos das classes sociais, além de expressão das contradições que as engendram. As diferentes formas com que o movimento social se manifesta deixa entrever as mais diversas questões que dele fazem/podem fazer parte, desde os mais tradicionais até os contemporâneos, lidando com os impactos das diferentes formas de governos (mais ou menos repressivos), bem como com as segregações que envolvem classes sociais, cor, questões de gênero e diversos tipos de opressões a organizações sindicais.

Longe de promover o equilíbrio social, ou de encerrar a “longa onda recessiva” e suas sucessivas crises, ou ainda de promover um crescimento econômico historicamente é possível perceber que o neoliberalismo continuar a executar seu projeto inicial – a restauração do poder de classe, a concentração de riqueza e, até mesmo, o controle do Estado e dos indivíduos, por instauração de uma nova racionalidade, que esvazia a ação do Estado de seu sentido político e leva os fundamentos do gerenciamento empresarial a todos os aspectos da vida, desde a gestão dos sentimentos, ações e trabalho do indivíduo até o gerenciamento da nação.

Gramsci (2000) em muitos de seus escritos aborda questões de ordem teórico-metodológica, sendo que em uma delas propõe que as transformações sociais sejam analisadas molecularmente, ou seja, que sejam esquadrihados os tempos e espaços em busca de movimentos/tensões/mudanças moleculares que levam a grandes transformações sociais; nesta perspectiva, uma saída é compreender o Movimento Social como um todo, ou seja, perceber que essas manifestações, tendências, arranjos, repertórios, ondas, famílias de movimentos sociais nada mais são do que moléculas do movimento social como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos com este trabalho ter conseguido sintetizar as relações: trabalho e sociedade no que tange o movimento social contemporaneamente, destacando a importância de se promover uma educação que perceba e dê condições para que os diferentes grupos de trabalhadores e experiências coletivas de resistência se identifiquem enquanto classe e possam, com isso, articularem o movimento social de forma concatenada e revolucionária.

Palavras chave: Sociedade, capital, movimento social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Ângela. As Teorias dos Movimentos Sociais: Um Balanço do Debate. In.: Lua Nova, n. 76. São Paulo, p. 49-86, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>

BARKER, Colin. O movimento como um todo: ondas e crises. In Revista Outubro, nº 22, 2º semestre de 2014. Disponível em <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-22-Artigo-01.pdf>

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Como sair do regime liberal de política econômica e da quase-estagnação desde 1990**. Revista Estudos Avançados, nº 31 (89), 2017.

GALVÃO, A. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica Marxista**, n.32, p.107-126, 2011. Disponível em http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo235artigo5.pdf

HARVEY, David. Prólogo: A crise atual do capitalismo. In.: **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo. Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

MIRANDA, Marília Gouvea. **O neoliberalismo como ofensiva neoconservadora à educação brasileira**. *Inter – Ação*. Goiânia, v.45, n.1, p. 1-15, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/62691> Acesso em: 12 de dez. 2021.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil: Neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo, 2019.